

O PORTUGUÊS E A CULTURA

Não constitui a linguagem uma parcela da cultura; não é uma sua parte integrante? Será mesmo que em si a linguagem possa ter outro propósito, outra finalidade que não seja o desenvolvimento da cultura? Não é ela, a própria expressão da cultura; a sua melhor manifestação; o veículo através do qual se transmite de geração em geração? Como conceber a existência duma cultura sem uma linguagem?

A linguagem e eflúvio intelectual, são indistintamente causa e efeito: não é a linguagem o testemunho da actividade mental? não é ela a expressão, o suporte, o espelho do pensamento?

No decurso da vida duma geração a linguagem aparenta fixidez, rigidez, imobilidade. Quando observada na sucessão dos tempos verifica-se ter tido porém flexibilidade bastante para ter anotado e se ter amoldado à evolução dos costumes e mesmo ao progredimento da civilização. Não obstante esta efectiva maleabilidade, a evolução das línguas tem sido marcadamente lenta, não quanto à forma em que as transformações estão à vista, mas quanto aos contextos fundamentais que denunciam e definem o pensamento do Homem, que se mantêm praticamente inalteráveis, pelo menos desde as mais remotas civilizações conhecidas.

Neste limiar da era nuclear, agora que todo um surto de progresso no domínio da ciência e da técnica se iniciou numa gradação nunca sonhada — a electricidade, por um lado transfigurando a face da Terra, a noção de energia, por outro lado abrindo novos mundos ao Mundo do pensamento — parece ser o momento oportuno de discorrer sobre se alguma das muitas linguagens actuais permite exprimir o pensamento do homem de hoje, o pensamento do cientista e do técnico, o seu pensamento em movimento, em mutação, em devir sempre renovado. Parece ser mesmo o momento próprio para perguntar se as línguas actuais têm características que lhes permitam sobreviver?

Quem hoje não está convicto da necessidade de ser criada uma língua universal para uso comum de todos os povos? Quem não sente que além da qualidade de universal essa língua deveria apresentar uma estruturação diversa das actuais e apropriada a promover um maior desenvolvimento da capacidade intelectual do Homem actual?

Se ninguém nega a necessidade da criação duma tal língua, a verdade é que todos sentem que se consumirá ainda muito tempo antes que os povos aceitem adoptá-la. Perante esta convicção de estar longínqua a aceitação duma língua universal, é óbvio que passa ao primeiro plano das

nossas preocupações o exame do mérito actual e vida futura da nossa língua — a língua de Portugal, a língua do Brasil.

Será que o português, na verdade, constitua um algoritmo, uma instituição, uma simbologia apropriada, correcta, prática para exprimir com propriedade e precisão a actividade do homem de hoje, os anseios do seu intelecto e do seu coração, a cultura que caracteriza a época presente e que deve transmitir-se aos vindouros? Será que através dele seja possível exprimir com suficiência o pensamento de hoje, o pensamento que caracteriza a nossa época, pensamento em movimento, em mutação, em devir?

É manifesto que o português, como aliás todas as outras línguas, mostra carência de termos e mesmo dificuldades de expressamento quando serve a Ciência, a Filosofia que a informa, ou mesmo a Técnica que a completa. Pouco utilizado nestes domínios intelectivos, muitos termos lhe faltam e outros aguardam que o uso, pouco a pouco, lhes traga a consagração indispensável. Mas por outro lado «os portugueses, brasileiros e luso-descendentes de África, Ásia e das Ilhas, constituem uma unidade cultural — cultura no sentido sociológico como indica Freyre: formada pela confraternização de raças, de povos, de valores morais e materiais diversos sob o domínio de Portugal e a direcção do cristianismo — das mais vivas e das mais cheias de possibilidades que existem no Mundo», e por outro a criação duma língua comum é desejo sentido e pedido, na expressão de Freyre «por todos os que acima das regiões e das próprias pátrias políticas, de Portugal, Brasil, África e Ilhas Portuguesas, Açores, Madeira e Cabo Verde, escritores, artistas, estudiosos de problemas sociais, pesquisadores do passado, sentem a existência de um todo, de um complexo social maior, um complexo dos complexos a ligá-los».

Uma língua comum apresenta-se realmente como o instrumento indispensável para o desenvolvimento dessa tal cultura transnacional ou supranacional formada pelos diversos povos «que a capacidade portuguesa de projectar-se em inesperadas combinações humanas — de gente e de cultura — espalhou sobre a Terra dando a todos, os traços inconfundíveis da mesma origem».

Quem de Portugal, Brasil, da África e da Índia Portuguesa, dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde não a reclama? Quem não sente que só pela sua fruição se tornará possível retomar a Missão aberta pelos nossos maiores quando, com sangue, suor e lágrimas, deram ao Mundo novos mundos? Língua comum; português transnacional — impõe-se a tua criação, mas não apenas como diz Freyre «como língua

comum que não sacrifique a um ideal absurdamente filípico de uniformidade, as diversidades regionais e as espontaneidades populares, nem as queira abafar sobre o seu critério de pureza, o ideal sendo uma língua que corresponda aos desejos de aproximação e ao mesmo tempo de diversidade dos povos da América, da África, das Ilhas que formam com Portugal uma unidade essencial de sentimento e cultura» A língua a criar, a língua futura da nossa Missão imorredoura, tem além do que Freyre exige, de se mostrar adequada a expressar as actuais aquisições de Ciência e da Técnica.

É ardente voto da «Electricidade», neste momento, que a fé nos destinos da cultura Luso-Brasileira se exalta no abraço fraterno que Brasília vem dar a Sagres, que os responsáveis maiores das duas Pátrias — Brasil e Portugal sintam a importância que este assunto comporta para os destinos de todo o complexo dos povos de língua portuguesa e enfrentem, em consequência, com perseverança e inquebrantável fé, a criação dessa linguagem científica e supranacional indispensável ao progredimento e afirmação da nossa cultura Luso-Brasileira no Mundo científico.

O RIO DOURO E OS AFLUENTES

Por ocasião da recente «reunião parcial» da Conferência Mundial da Energia, em Madrid, a Hidro-Eléctrica do Douro distribuiu uma «plaquette», intitulada «River Douro and Tributaries, Hydraulic Development in Portugal», que convida a uma referência muito especial. A primorosa apresentação gráfica seria, por si só, justificação para tal referência. Mas é o valor dos elementos de informação, que na simplicidade do seu texto esta publicação contem, que aqui queremos realçar.

Quando, em 1954 foi outorgada a concessão do aproveitamento hidroeléctrico do curso principal do Douro — nos seus troços internacional e nacional, já então suficientemente identificados para o efeito —, o caderno de encargos da concessão atribuiu à concessionária a missão de rever e completar o estudo do aproveitamento dos afluentes. O cumprimento deste encargo — que se tem traduzido na apresentação aos serviços oficiais competentes dos sucessivos volumes relativos a cada um dos afluentes principais do Douro — tornou possível agora dar a público esta breve mas expressiva síntese.

A existência de grandes disponibilidades hidroeléctricas nos afluentes do Douro estava já, sem dúvida, assinalada por reconhecimentos e colheitas de elementos de estudo, da iniciativa de diversas entidades. Mas a H. E. D. fez uma prospekção exaustiva que, não esquecendo nada desses elementos anteriores, permite, agora, considerar os recursos hídricos da bacia do Douro bem conhecidos e bem medidos.

A energia anual produtível em ano médio, nos cursos do Douro e dos seus afluentes, é de 7800 GWh, com o mínimo,

no período mais seco conhecido, de 6000 GWh. Daqueles 7800 GWh cabem cerca de 900 GWh ao Tâmega, 700 GWh ao Tua, 450 GWh ao Sabor, 360 GWh ao Paiva e 500 GWh ao Coa; a energia armazenável em GWh, nas respectivas albufeiras é das ordens de 680, 1100, 2200, 360 e 950, totalizando pois cerca de 5300 GWh. Estes números reflectem uma exploração nova das possibilidades de armazenamento nas cabeceiras do Tâmega e do Tua e uma revisão criteriosa dos esquemas viáveis nos outros afluentes.

O leitor especialista assinalará ainda, nas páginas deste folheto, outros motivos para atenta anotação: o estar presentemente em negociação a repartição do direito de aproveitamento do Águeda internacional; a concepção de aligeiramento da barragem de Bemposta; o estabelecimento dum escalão terminal do Douro nacional; a fixação das novas manchas irrigáveis de Figueira de Castelo Rodrigo e de Mirandela; a instalação de bombagem no escalão de jusante do Sabor, com a consequente possibilidade de atribuição duma função de pontas à respectiva central; finalmente, a atenção dada ao povoamento e às migrações piscícolas.

Esta «plaquette» merece que se veja nela, mais do que a banalizada função publicitária, a prova de que a sociedade detentora da mais importante concessão hidroeléctrica de Portugal soube, a par com a resolução dos problemas inerentes às suas realizações imediatas, enfrentar o problema de se estruturar em correspondência com o encargo de ajudar a esclarecer os caminhos do nosso futuro.